



A Primavera de Junho na Cidade do Sol: os movimentos sociais urbanos em Natal/RN

The “Spring of June” at Cidade do Sol: urban social movement in Natal-Rio Grande do Norte-Brazil

*Lindijane de Souza Bento Almeida¹, Prof. Dr.- UFRN, ,
almeida.lindijane@gmail.com.*

*Glenda Dantas Ferreira², Prof. Dr. DPP- UFRN, ,
glenda.dpp@gmail.com.*

¹ Docente do Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais do Departamento de Políticas Públicas- UFRN, pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – núcleo Natal.

² Docente Departamento de Políticas Públicas – UFRN, Dra. em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFRN)

Raquel Maria da Costa Silveira³, *Doutoranda em Ciências Sociais – UFRN, raquelmcsilveira@hotmail.com.*

Thaysa Tairanne Belo Costa, *Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN, thaysa_belo15@hotmail.com.*

³ Mestre em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, uma onda de manifestações reivindicatórias por parte da sociedade civil ganhou força no Brasil, evidenciando uma insatisfação atrelada, entre outras razões, a dificuldades na prestação de serviços básicos, à crise de credibilidade da democracia representativa e aos elevados níveis de corrupção na administração pública. Nesse contexto, após as manifestações ocorridas em junho de 2013, o padrão de organização da sociedade civil brasileira sofreu modificações. Embora os novos movimentos sociais sejam caracterizados, em geral, por possuírem inúmeras motivações - como saúde; educação; direito à moradia; mobilidade urbana e defesa do meio ambiente, conferindo maior coesão entre tais grupos - entende-se que eles demonstram especificidades que merecem ser analisadas, principalmente no que tange ao seu modo de atuação no espaço urbano. Nesse sentido, o presente artigo objetiva traçar um panorama dos movimentos sociais urbanos na cidade do Natal/RN, entre 2013 e 2016. Para realizar o estudo proposto, o caminho metodológico foi dividido em dois momentos. No primeiro, realizou-se uma pesquisa de mídia em dois jornais de circulação nacional, buscando conhecer as duas temáticas principais da pauta de reivindicações dos movimentos sociais no Brasil em junho de 2013. Com base nos resultados obtidos nessa etapa, conferiu-se destaque aos movimentos sociais que se relacionam à luta pela garantia do direito à moradia e à mobilidade urbana em Natal. No segundo momento, as análises tiveram como base as entrevistas semiestruturadas com representantes locais dos movimentos sociais.

Palavras Chave: Direito à cidade. Movimentos sociais. Mobilidade urbana. Direito à moradia.

ABSTRACT

Over the last decades, a number of civil society protests have gained momentum in Brazil. These protests were related to popular dissatisfaction regarding difficulties in the provision of basic services, the crisis of credibility of representative democracy and high levels of corruption in public administration, amongst other things. In this context, after these protests in June of 2013 there were alterations in organizational pattern of the Brazilian civil society. Although the new social movements are generally characterized by a great number of different motivations - such as health; education; right to housing; urban mobility and environmental protection, there is certain cohesion amongst such ideals. It is understood that these movements demonstrate specificities that deserve to be analyzed, especially the ones related to how these issues influence urban space. In this sense, the present article aims to draw a panorama of urban social movements in the city of Natal in Rio Grande do Norte in Brazil from 2013 to 2016. Thus, a research was done considering data from two national newspapers. This was done in order to acknowledge the two main themes present in headlines related to social movements and protests in Brazil in June of 2013. Based on the results obtained during this stage, it was possible to understand that social movements relate to the struggle to guarantee the rights to housing and urban mobility in Natal. The analysis was also based on semi-structured interviews realized with local social movement representatives.

Keywords: City rights. Social movements. Urban mobility. Housing rights.

INTRODUÇÃO⁴

As Ciências Sociais, em especial a Sociologia Urbana, há tempos chamam a atenção para o papel dos movimentos sociais na contemporaneidade, ressaltando a sua posição chave enquanto um dos atores centrais nos processos reivindicatórios que buscam alcançar transformações relacionadas à ideia da concretização de direitos e da efetivação da justiça social.

Em nível mundial, observam-se, nos últimos anos, esforços notáveis de construção de novos modelos de democracia mais republicanos e igualitários, o que coloca em xeque o modelo reduzido de democracia representativa. De modo particular, a partir dos anos de 1990, diversos movimentos sociais começaram a questionar o modelo hegemônico de democracia (liberal-representativa) e ressaltar a necessidade de uma maior democratização. Essa discussão conduziu a uma revisita à teoria dos Movimentos Sociais, no que diz respeito ao seu próprio papel nas sociedades democráticas e ao próprio significado de democracia.

No Brasil, a institucionalização da participação social preconiza a ampliação do espaço público para a gestão democrática das cidades, a qual é reforçada com o Estatuto da Cidade (2001). Nesse contexto, como afirmou Cardoso (2012), a gestão democrática das cidades deve ser assegurada por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na produção de políticas públicas na área de desenvolvimento urbano.

A despeito dos avanços normativos e institucionais na Política Urbana nos anos 2000, recentemente, foi possível perceber, sobretudo no contexto de grandes eventos (como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos 2016) a ocorrência de uma "onda" de mobilizações e manifestações reivindicatórias por parte da sociedade civil. Essa, sobretudo ao longo da última década, vem demonstrando a insatisfação com a democracia brasileira e com os rebatimentos disso no processo de produção de políticas públicas no espaço urbano, o qual não tem proporcionado, adequadamente, a justiça social e a efetivação do direito à cidade. Nesse contexto, destaca-se que, após as manifestações populares iniciadas, a partir de 2011, em diferentes partes do mundo⁵, e em junho de 2013, no Brasil, tornou-se notório que o padrão de organização da sociedade civil sofreu modificações. Isso, por sua vez, provocou alterações na relação entre Estado e sociedade que vinha sendo consolidada no país, principalmente pós-governo Lula⁶.

Nessa conjuntura, várias foram as razões que, de maneira individual ou combinada, fomentaram a indignação popular. Entre essas, destacam-se: i) a crise de credibilidade da democracia representativa, diante dos elevados níveis de corrupção na administração pública noticiados na mídia nacional e ii) a insatisfação com a prestação dos serviços públicos. Durante as mobilizações iniciadas em 2013, foi possível, ainda, detectar o debate em torno das mais diversas temáticas, dentre elas, a mobilidade urbana, a saúde, a educação, o direito à moradia e a defesa das causas ambientais.

Entretanto, apesar de uma aparente coesão entre tais movimentos que se destacaram a partir das jornadas de junho no Brasil, entende-se que, internamente, tais grupos apresentam especificidades que merecem ser destacadas. Nesse sentido, ressalta-se a ampliação da pauta de

⁴ As autoras agradecem as contribuições da Dra. Glenda Dantas Ferreira, as quais foram de significativa importância para a construção das ideias presentes neste artigo.

⁵ Para maiores detalhes ver Castells (2013).

⁶ Governo que estimulou uma maior participação social no processo de decisão das políticas públicas, ou seja, observamos que a trajetória de ocupação de cargos por militantes de movimentos sociais, assim como a criação dos ConCidades tem seu auge a partir do início do Governo Lula, em 2003.

reivindicações por parte dos novos movimentos, bem como o seu modo de atuação no espaço urbano. Segundo Gohn (2010), o panorama geral dos movimentos sociais no início do século XXI estava organizado em torno de dez eixos temáticos das lutas e demandas dos movimentos sociais no Brasil, como por exemplo: a luta pela melhoria das condições de habitabilidade e participação na estrutura político-administrativa da cidade; as mobilizações em defesa das questões ambientais e do acesso à moradia, bem como movimentos que envolvem questões étnico-raciais e de gênero.

Esses movimentos, por sua vez, apesar da abertura de espaços participativos para a proposição de políticas públicas, desde o início da década de 1990, utilizaram outras estratégias além da participação nos conselhos gestores de políticas públicas. Nesse sentido, as mobilizações fomentadas pelos movimentos sociais, sobretudo, a partir de 2013, em um novo contexto - Era da informação - conferem fortes indícios de que se está diante de formas de engajamento cívico dotadas de características diferenciadas quando comparadas às manifestações da Primavera Árabe, dos Indignados na Espanha e dos Estudantes no Chile. Desse modo, é sob essas novas configurações que serão sublinhadas, aqui, as manifestações no Brasil iniciadas a partir de junho de 2013. Conforme Vainer (2013, p.40), essas manifestações foram uma resposta da sociedade em relação ao desafio imposto pela "cidade de exceção, pela cidade-empresa e pela democracia direta do capital. Eles agora as desafiam. Querem outra cidade, outro espaço público".

Outros autores, como Pinto (2012), chamam a atenção para a existência de uma nova forma de fazer política, a qual está atrelada a novidades presentes no contexto das manifestações, podendo-se citar: 1) a postura dos movimentos sociais em relação à sociedade e ao Estado, a qual muda em relação à reivindicação, ou seja, o apelo à sociedade civil agora é em busca de "democratizar a democracia"; 2) a presença da internet e do celular constitui a segunda novidade apontada pela autora, dada a sua importância à organização dos movimentos sociais em redes; 3) a liderança a ser realizada por jovens, que estavam fora do cenário da política; 4) a relação estabelecida entre os movimentos sociais e os espaços públicos, visto que a decisão das ocupações passou a ser uma marca dos novos movimentos; e 5) a capacidade agregadora de diferentes segmentos e um alastramento da própria luta (PINTO, 2012).

Diante desse cenário, o presente artigo objetiva traçar um panorama dos movimentos sociais urbanos em Natal/RN, a partir da pauta base de reivindicação engendrada no contexto da Jornada de Junho de 2013 no Brasil. Nesse sentido, questiona-se: quais as características dos movimentos sociais urbanos de Natal/RN no período de 2013 a 2016?

A análise proposta partirá do pressuposto de que, no recorte espacial estudado, os novos movimentos sociais não estabelecem diálogo entre si, são momentâneos e não horizontais. Assim, (1) não há uma convergência de ações entre os movimentos sociais de Natal, a despeito de tais grupos lutarem, ao mesmo tempo, e no mesmo território, pela coprodução de políticas públicas urbanas; (2) esses movimentos possuem uma atuação pontual e focalizada em determinados contextos e problemáticas específicas e (3) contam com lideranças definidas, que conduzem as atividades internamente, apesar de se constatar a presença de processos deliberativos. A fim de realizar o estudo proposto, foi necessário dividir o caminho metodológico em dois momentos. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa de mídia em dois jornais de circulação nacional, buscando conhecer as duas temáticas principais que formavam a pauta das reivindicações dos movimentos sociais no Brasil em junho de 2013.

O material pesquisado possui um recorte nacional e compreenderá notícias publicadas entre junho de 2013, (período em que se avolumaram as reivindicações no Brasil) e agosto de 2014 (após realização da Copa do Mundo FIFA 2014 – período de muita agitação, principalmente, nas cidades sede). Assim, foram analisadas 96 reportagens veiculadas nos jornais Folha de São Paulo e O

Globo. A escolha dos jornais a serem pesquisados ocorreu com base no estudo do ranking dos jornais de maior circulação no Brasil, elaborado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). A observação da classificação dos jornais que ocuparam os dois primeiros lugares, nos anos de 2002 a 2014 (anos pesquisados pela associação), denotou que os jornais Folha de São Paulo e O Globo aparecem com maior frequência entre os de maior circulação, motivo pelo qual serão utilizados como fonte para a presente pesquisa. Após o recolhimento de 96 reportagens nos dois jornais selecionados, os registros das notícias foram inseridos numa base de dados construída no SPSS, realizando-se a sua análise a partir da observação das temáticas de reivindicação mais recorrentes entre os movimentos sociais urbanos. Em seguida, estabeleceu-se o ranking dos principais temas, sendo selecionados os dois mais citados no material jornalístico para análise em nível local.

Por tal motivo, será dado destaque aos movimentos sociais que se relacionam à luta pela garantia do direito à moradia e à mobilidade urbana em Natal. A partir da eleição dos quatro principais grupos atuantes – Comitê Popular da Copa; Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC); Levante Popular da Juventude (LPJ) e Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) – as análises terão como base dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas entre os meses de maio a agosto de 2016 com representantes locais, bem como a partir de informações provenientes do estudo do material jornalístico publicado pelos dois principais jornais em nível local.

Como base teórica e metodológica, optou-se por utilizar Castells (2013), Gohn (2010 e 2012) e Pinto (2012), os quais possibilitam problematizar e compreender os movimentos sociais na contemporaneidade, suas características e principais resultantes. No presente estudo, optou-se por utilizar Castells (2013) como referência para análise dos dados coletados na experiência de Natal/RN, uma vez que ele contribui para a compreensão das configurações políticas e institucionais dos Movimentos Sociais.

O presente texto está dividido em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, será tratada a temática da reforma urbana e o conteúdo do Estatuto da Cidade, dado o contexto de urbanização brasileira que ensejou a luta de movimentos sociais urbanos, responsáveis pela estruturação do texto constitucional referente à Política Urbana no Brasil. A segunda, denominada Movimentos Sociais Contemporâneos: entre teoria e prática, apresenta um balanço teórico-analítico dos movimentos sociais, isolando as interpretações sob a ótica das análises mais recentes da literatura brasileira. Parte-se do entendimento de que esses movimentos podem ser entendidos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2010; 2012). Na prática, variam da simples denúncia à atuação direta no aparelho do Estado por meio da atuação nas instituições participativas (IPs). Na terceira seção do texto, busca-se, além de descrever as entidades/organizações e as suas relações em torno da construção do direito à cidade, identificar a articulação entre os movimentos sociais urbanos em Natal. Assim, serão apresentadas as suas características (semelhanças e diferenças) à luz, principalmente, da teoria de Castells (2013).

Nesse sentido, o texto apresentará o modo como ocorre a relação entre Estado e movimentos sociais na gestão da política urbana em Natal. Mais do que uma simples discussão acerca dos movimentos sociais, busca-se iluminar o debate sobre a teoria e a prática estabelecida pelos atores sociais presentes no cenário político natalense, uma vez que, conforme exposto, ocorreram consideráveis mudanças no perfil dos movimentos sociais.

A REFORMA URBANA E O ESTATUTO DAS CIDADES: RUMO À GESTÃO DEMOCRÁTICA

O processo de urbanização brasileira ensejou um conjunto de transformações nas cidades, sobretudo entre os anos de 1960 e 2000. O crescimento da população em áreas urbanas, que atualmente representa mais de 80%, não foi, por sua vez, acompanhado por uma adequada oferta de equipamentos e serviços que pudesse atender à crescente demanda populacional. Nesse contexto, o agravamento das desigualdades socioespaciais - expressa na falta de saneamento, na proliferação de assentamentos precários, no transporte inadequado, por exemplo - pode ser considerado um fenômeno marcante e intrínseco das grandes cidades, particularmente das metrópoles (FERREIRA, 2009).

Esse agravamento explicita, em larga medida, a dificuldade do poder público de resolver tais problemas, assim como de gerir a dinâmica do espaço urbano, cada vez mais célere, complexa e multifacetada. Tal dificuldade, por sua vez, se relaciona menos com a natureza da aglomeração urbana em si, mas com a própria condição de país subsenvolvido do Brasil. Com isso, quer-se dizer que as nossas cidades expressam, no território e no espaço, os graves desequilíbrios estruturais da sociedade brasileira (FERREIRA, 2009). Na década de 1960, ocorreram diversas mobilizações políticas que balizaram as discussões sobre a Reforma Urbana no Brasil, termo cunhado pela primeira vez em 1963 no Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Entendia-se, nesse período, que o Estado precisava atuar no sentido de resolver os problemas urbanos. Segundo Klintowitz (2013, p. 5-6):

As resoluções do Seminário já afirmavam pautas que mais tarde seriam levantadas na luta do MNRU ao elencarem entre os direitos fundamentais do homem, o direito à habitação que ao exigir limitações ao direito de propriedade e uso do solo, se consubstanciaria numa reforma urbana - conjunto de medidas estatais, visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação digna a todas as famílias.

Com o golpe militar, as ideias sobre a Reforma Urbana foram deixadas de lado pelo regime autoritário. Mesmo assim, na década de 1970, ainda durante o regime, verificou-se o ressurgimento do debate sobre a Reforma Urbana, congregando novas questões, a exemplo do uso e ocupação do solo urbano. Nesse contexto, os movimentos sociais urbanos reacenderam o debate sobre a questão urbana, ao passo em que reivindicavam o cumprimento da função social da propriedade, conforme destaca Klintowitz (2013).

Nesse contexto, os movimentos sociais se reorganizaram e puderam definir uma pauta de reivindicações mais extensas, contando, inclusive, com a participação de segmentos como profissionais liberais, entidades estudantis e sindicais e, até mesmo, de intelectuais. Diferentemente da década de 1960, o país se mostrava, nos anos de 1980, mais complexo com relação à problemática urbana, em alguma medida agravada pela crise do setor público brasileiro. Nesse período, a luta pela Reforma Urbana resultou na constituição do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), em 1987, no bojo dos debates e discussões em torno do processo de redemocratização brasileiro. De certa forma, o MNRU acreditava que suas pautas seriam incorporadas no novo arcabouço jurídico do país, expresso na nova Constituição brasileira, promulgada em 1988.

Na prática, a proposição constitucional, expressa na Emenda Popular da Reforma Urbana, originou, na Constituição de 1988, o capítulo da Política Urbana que contém os artigos 182 e 183, certamente uma das principais conquistas dos movimentos sociais nesse período. Destaca-se que a estruturação dos referidos artigos gira em torno da noção de função social da cidade e da

propriedade, e que, em nenhum outro momento, houve inscrição, em uma constituição brasileira, de nenhuma pauta sobre política urbana, o que, por sua vez, confere extrema relevância ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Assim, parte importante das demandas desse movimento passou a constituir o referido arcabouço, inclusive incorporando a noção de planejamento e gestão participativa, de um lado; e modificando a noção de direito à propriedade, de outro. Com relação a isso, Cardoso (2012) destaca que o MNRU prevê um modelo igualitário de vida urbana dentro de uma visão de sociedade como produto histórico e fruto do trabalho coletivo. Pressupõe, portanto, a adoção de uma política redistributiva que inverta prioridades ligadas aos investimentos públicos e se revele na garantia de acesso da sociedade aos benefícios da urbanização.

Apesar da comprovada importância do MNRU, ele passou por mudanças após a promulgação da CF de 1988, tendo, inclusive, mudado a sua denominação para Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU). Klintowitz (2013, p. 07) observa que “a reformulação decorreu da necessidade do movimento se preparar e corresponder ao processo institucional, que saiu fortalecido com a nova Constituição Federal”. Ao longo dos anos de 1998 e 2001, o FNRU concentrou esforços no acompanhamento do processo de tramitação e discussão do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257), que instituiu um conjunto de diretrizes e instrumentos direcionados ao planejamento e à gestão das cidades, sobretudo no que se refere ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade; à efetivação do direito à cidade e ao processo de democratização de sua gestão.

No que se refere à noção de função social da cidade e da propriedade, pode-se dizer que ela contém, na sua base, a ideia de prevalência “do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, o que implica o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano” (GRAZIA, 2012, p. 54). Na prática, o Estatuto da Cidade incorporou princípios e instrumentos discutidos ao longo das últimas duas décadas, conforme observado. Com relação a isso, o art. 2º recupera a noção de direitos urbanos, na medida em que institui como diretriz da política urbana a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos (...)” (CARDOSO, 2012, p. 40). Ainda naquele artigo, tem-se a proposta de gestão democrática das cidades, a qual deve ser garantida por meio da “participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (CARDOSO, 2012, p. 40).

Logo, os princípios vinculados à ideia de justiça social no espaço urbano possibilitaram “a construção de processos sociais e institucionais que adquiriram visibilidade através da mobilização de atores políticos”, ao passo em que promoveram a intensificação de atividades nas quais “a concepção do direito à cidade se aprofunda e se socializa” (GRAZIA, 2012, p. 56-57). Com isso, o planejamento e a gestão urbana que, em décadas passadas, eram conduzidos a partir métodos autoritários e não participativos, ganham novos contornos no bojo do Estatuto da Cidade, passando a representar importante instrumento de aproximação entre sociedade e Estado. Tal aproximação possibilitaria alterar o nível e a qualidade da vida urbana para o conjunto da sociedade.

Por fim, destaca-se que é sintomática a importância que os movimentos sociais tiveram, primeiro, na constatação do padrão vigente de produção de políticas públicas no espaço urbano, marcada pela clássica apropriação de poucos em detrimento de uma produção coletiva. Segundo, na proposição de diretrizes e instrumentos que sinalizaram para a alteração desse padrão, expresso na efetivação do direito à cidade e no alcance de maior justiça social. Nesse sentido, a seguir, será

apresentada discussão acerca dos movimentos sociais contemporâneos e sua atuação na luta pela garantia do direito à cidade.

MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

No campo teórico-metodológico, é consenso a ideia de que não existe uma só teoria ou metodologia sobre os movimentos sociais. A literatura é ampla e contém múltiplos modelos de análises que, de fato, refletem a fragmentação do campo temático. Como chama a atenção Gohn (2012, p. 32), "isto tem levado ao ecletismo nas interpretações contemporâneas onde convivem teorias com focos diversos (culturalistas, materialistas, pós-coloniais, institucionalistas, etc.), as quais utilizam um repertório de categorias analíticas oriundas de diferentes matizes paradigmáticas". No entanto, conforme destaca Céli Pinto (2012, p. 129):

a história recente dos movimentos sociais e sua própria existência como construto teórico estiveram sempre associadas à sociedade civil e à esfera pública não oficial. Suas manifestações foram analisadas como reação ao político institucional, tanto nos regimes autoritários/totalitários como nos regimes democráticos.

Ou seja, apesar das teorias analisarem os movimentos sociais sob óticas diferenciadas, a essência/origem/natureza dos mesmos não é questionada. Nesse caso, o que se tenta explicar é o padrão de relacionamento com o Estado, o qual era colocado em polo oposto à sociedade, e esta, por sua vez, como uma alternativa ao Estado⁷. Questionando os limites da democracia representativa, os novos movimentos sociais demonstram, em várias partes do mundo, que a ação política dos cidadãos pode, de fato, contribuir para a democratização da cultura política, bem como para a reinvenção dos padrões da relação Estado-sociedade. Daí porque inúmeros estudiosos da política, no Brasil e no mundo, ressaltam a necessidade de compatibilizar a democracia representativa e a participativa.

Como chama a atenção Gohn (2010, p. 14-15) "os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social". No Brasil, o poder de decisão garantido, legalmente, aos membros dos movimentos sociais a partir da Constituição de 1988, e posteriormente com o Estatuto da Cidade, permitiu a inserção de demandas específicas do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e, mais especificamente, da área da habitação e mobilidade na agenda dos diferentes níveis de governo.

Sendo assim, o que se observa ao longo das últimas décadas é que o perfil dos movimentos sociais sofreu alteração, em grande medida relacionadas às transformações ocorridas no bojo do processo de redemocratização do país. A mudança na conjuntura política brasileira redefiniu a forma de relacionamento do Estado com os movimentos sociais, em geral, e com os populares, em particular. Na atualidade, são observadas novas relações com as políticas públicas e outros atores sociais e políticos.

Observa-se, ainda, que a atuação de novos atores de movimentos sociais, uma vez incorporados às diferentes instâncias estatais, resulta em formas de participação social também diversa, as quais têm provocado alterações no padrão da administração pública brasileira. Ou seja, as novas

⁷ Como foge do objetivo deste paper uma discussão aprofundada do conceito de Movimento Social para maiores detalhes ver ARATO e COHEN, 1994; GOHN, 1997, 2008, 2012; MELUCCI, 2001.

posições assumidas pelos movimentos sociais no cenário político-institucional (propositivas e ativas), consequência das instituições participativas, gerou um diálogo em redes com outros atores sociais. Estes passaram a ocupar os espaços de representação da sociedade civil organizada, não estando mais, por conseguinte, à margem do Estado. O legado de novas práticas é algo notório na sociedade brasileira, dado o exercício da cidadania a partir da participação cidadã nos canais e instrumentos de gestão. Nesse sentido, o aumento do conhecimento dos movimentos sociais sobre a máquina pública vem gerando a demanda pela consolidação de um governo mais ético, transparente e democrático.

Diante disso, a agenda do governo federal, durante o governo Lula, produziu a ampliação da organização de setores e segmentos de movimentos sociais, associações especializadas e representantes do direito à cidade democrática. Dessa forma, padrões de ação coletiva passaram a pautar a organização dos movimentos e, como consequência, ampliaram a mobilização em torno da política urbana. Dentro desse mesmo cenário, no contexto da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, o governo federal passou a encontrar resistência por parte de atores externos e internos ao governo. Nesse caso, a ideia subjacente era de que a Copa não apenas invertia a lógica da administração pública como também introduzia um questionamento bastante conflituoso na sociedade brasileira: como investir em estádios se não existia a garantia dos direitos sociais e do direito à cidade?

Vale destacar que, no período pré-Copa, existia nas cidades brasileiras uma demanda em relação à formação de espaços de mobilização e participação acerca dessas temáticas, que ganharam relevo nacional a partir das manifestações de junho de 2013. Como lembra o Movimento Passe Livre⁸ São Paulo (2013, p. 14),

as revoltas de junho 2013, desencadeadas pela luta organizada pelo MPL-SP contra o aumento das tarifas, não são algo inteiramente novo. Para começar a compreender esse processo é preciso que voltemos a, no mínimo, 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto daquele ano, que ficou conhecida como a Revolta do Buzu.

Com o processo de preparação para a Copa do Mundo 2014, Vainer (2013, p. 37) destaca que se inicia um contexto de "megaeventos, meganegócios, megaprotestos". Segundo o autor, "não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016".

Nesse cenário, havia um contraponto entre as demandas historicamente reprimidas na área social (saúde, segurança, educação, por exemplo) e as prioridades definidas pelo poder público para a realização da Copa. Essas, por sua vez, de longe, não incorporavam tais demandas. Desse modo, parte da sociedade brasileira, tendeu a apoiar as manifestações contrárias à Copa. As principais reivindicações estavam diretamente relacionadas à relativa ausência dos serviços públicos e à qualidade de prestação dos mesmos. A exigência era por mecanismos capazes de fortalecer a democracia, de modo a consolidar um Estado social com capacidade de resolver ou, no mínimo, reduzir os graves problemas sociais.

8 Conforme Secco (2013, p.76-77), "o MPL, organização horizontal e autonomista, mas dirigente, foi o ator mais importante na primeira fase dos protestos. Trata-se de movimento fundado em 2005 e existente em várias cidades, fruto do acúmulo de revoltas contra o aumento das tarifas de transporte público que ocorreram em 2003 em Salvador e, logo depois, em Florianópolis".

Em junho de 2013, a população brasileira foi às ruas gritar por melhores condições de vida e lembrar aos governantes que "há de se reconhecer, ademais, que os conflitos sociais decorrem de um conjunto brutal de ilegalidades cometidas pelos poderes públicos deste país (União, estados e municípios), ao não fazerem valer, em concreto, os direitos consagrados constitucionalmente" (SOUTO MAIOR, 2013, p. 85).

Diante do cenário acima esboçado, tornou-se possível ratificar as ideias de Castells (2013) relacionadas aos movimentos sociais na contemporaneidade. Para o autor (2013, p. 157), "ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social". Ele avança destacando que os movimentos sociais que surgiram pelo mundo nos últimos anos apresentam uma série de características comuns, as quais são fruto da crise econômica estrutural (dada a crise financeira de 2008) e de uma crise de legitimidade (encolhimento do Estado de bem-estar social).

Para Castells (2013, p. 158), os movimentos sociais contam com uma "autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte". Dessa forma, para o autor, os novos movimentos sociais apresentam características em comum, as quais, para melhor entendimento, foram sintetizadas no quadro 01:

Quadro 01: Características dos Movimentos Sociais na Era da Internet.

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Conectados em redes de múltiplas formas	O uso das redes de comunicação, da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Embora esses movimentos geralmente se iniciem nas redes sociais da internet, eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano.
Simultaneamente locais e globais	Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar as redes da internet. Também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e são estimulados por essas experiências.
Tempo atemporal	Geraram suas próprias formas de tempo, combinando dois tipos diferentes de experiências. Por um lado, nos lugares ocupados, vivem um dia após o outro, sem saber quando virá a expulsão. Por outro, em seus debates referem-se a um horizonte de possibilidade ilimitada.
Espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação	A sua gênese se relaciona a um evento específico ou a um acesso de aversão pelas ações dos governantes.
Virais	Seguem a lógica das redes da internet. Inspiram-se em mobilizações, o que desencadeia a esperança da possibilidade de mudança.
Sem liderança e horizontais	As tomadas de decisão se dão em assembleias ou em comitês por elas designados.
Autorreflexivos	Questionam-se, como movimento, e seus participantes, como indivíduos, sobre o que são, o que desejam e o que pretendem realizar, e que tipo de democracia e sociedade estão almejando.
Raramente Programáticos	Não se concentram em um único tema, projeto ou tarefa. Assim, são movimentos sociais voltados para a mudança nos valores da sociedade.

Fonte: Elaboração própria baseada em Castells (2013).

Em resumo, esse autor concebe que:

esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimento democrático - de movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana. [...] Eles enfatizam as contradições entre uma democracia baseada no cidadão e uma cidade à venda pelo lance mais alto. [...] O legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver. Na verdadeira democracia (CASTELLS, 2013, p. 177).

Diante dessa concepção, realizou-se uma pesquisa, em Natal, buscando verificar a presença dessas características a partir da análise de quatro movimentos sociais urbanos que se fizeram presentes no contexto da Primavera de Junho na Cidade do Sol.

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM NATAL: AFINAL, DO QUE ESTAMOS FALANDO?

A fim de alcançar o objetivo de traçar um panorama dos movimentos sociais urbanos em Natal/RN, a partir da pauta de reivindicação de grupos no contexto da jornada de junho de 2013, observou-se a necessidade de estabelecer um recorte para tal estudo, em vista da diversidade de movimentos que, possivelmente, poderiam ser objeto de análise.

O caminho metodológico já descrito explicitou um cenário nacional em que predominava a luta em torno dos direitos à moradia e à mobilidade urbana, o que conduziu o presente estudo a focar nos movimentos relacionados a esses temas em Natal/RN. Após a seleção das principais temáticas, um novo estudo do material jornalístico, agora a partir de 60 reportagens veiculadas na mídia local, evidenciou como principais movimentos relacionados à mobilidade e à moradia: o Comitê Popular da Copa Natal; a Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa; o Levante Popular da Juventude do Rio Grande do Norte e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB - Natal).

A partir da análise proposta, busca-se revelar quais as características dos movimentos sociais urbanos de Natal/RN no período de 2013 a 2016. Para isto, torna-se necessário, inicialmente, apresentar os referidos grupos no que tange, principalmente, à sua organização, luta e relações. As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes dos movimentos, bem como a partir da análise de dados secundários e de material de mídia.

O Comitê Popular da Copa - Natal, constitui-se como um grupo oriundo da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – ANCOP, presente nas 12 cidades que sediaram os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. O seu principal objetivo era estimular, nos governos municipais e estaduais, a garantia de um processo amplo e democrático de discussão acerca de qual deveria ser o legado dos megaeventos esportivos no Brasil.

No caso de Natal, pode-se destacar que a dinâmica de atuação do Comitê Popular, a partir do envolvimento de lideranças comunitárias, se deu de formas variadas, com destaque para: a participação e a promoção de debates, seminários e atos públicos com as secretarias municipais e estaduais envolvidas na realização do referido megaevento. Além dessas atividades, reuniões semanais nas quatro zonas administrativas da cidade, assim como a produção de materiais informativos e de documentos de denúncia podem ser citados. Esse conjunto de ações pode ser destacado enquanto estratégia utilizada para conscientizar a população acerca dos impactos que

seriam gerados pelos projetos de mobilidade urbana. Conforme observa uma das representantes entrevistadas:

[...] então a gente teve que criar estratégias mesmo, teve movimento de rua, a gente com faixa, o pessoal botou as placas de luto nas casas, nas lojas, tinha pontos de encontro, coisas para chamar atenção, a gente faz um pedágio lá, entregava panfleto e flores. Fomos pensando coisas diferentes para chamar atenção da população para que as pessoas abrissem os olhos e comessem a enxergar que é bom que a gente possa ter a copa, ter algum benefício que possa trazer, mas dessa forma ai, fica difícil a gente aceitar. A gente via que muitas pessoas não tinham ideia que era dessa forma, o que estava sendo feito, quais eram os problemas que estavam sendo criados. [ENTREVISTADO C].

O Comitê ainda utilizava a internet como meio para divulgar as suas reuniões e reivindicações, a exemplo do que expôs a representante entrevistada:

Normalmente, a gente conseguia falar com as lideranças comunitárias, e também, vamos dizer assim, via redes sociais, quem a gente podia atingir que se interessasse, que se interessaria pra ir, mas assim [...] era via internet, não tinha meios de fazer de outras formas, era uma organização totalmente voluntária, tudo que precisava fazer era dessa forma, não tinha estrutura, não tinha suporte. [ENTREVISTADO D].

Essa mesma entrevistada apontou que a atuação dos grupos em Natal se deu de forma horizontal, em grande medida porque os comitês, segundo ela, não têm muita burocracia, a exemplo do que é necessário para se criar uma associação. Desse modo, os esforços puderam ser mais direcionados para a discussão política das questões relacionadas à Copa 2014. Além disso, durante as discussões realizadas pelos movimentos, outras temáticas se articularam à luta pelo direito à cidade, a exemplo do direito à moradia, as reivindicações de ciclistas e a proteção ambiental. Com relação à ocorrência de discussões em torno de outras temáticas, as entrevistadas afirmaram que:

Agora, mas esse processo teve outras, tem outros atores e outros capítulos, por exemplo, eles iam tirar as árvores do canteiro central da mor Gouveia, era uma das alternativas deles tirar aquele canteiro central pra alargar a rua, fazer alguma coisa, então meu amigo Aroldo, quando soube disse que subiu em cima de uma das craibeiras depois que já tinham tirado algumas, ai ele ficou em cima da craibeira e haja ligar pra gente “olhe, tão querendo tirar aqui, pois eu to aqui em cima, você aí...”, ai ligou pros amigos todos, foram os amigos tudo pra lá abraçar as craibeiras e as craibeiras continuam lá [...]. Então, tem todo um processo de resistência que foi se dando em capítulo assim, e como eu digo, num são multidões não, são ações pontuais e são grupos que tem uma determinada atuação, os ambientalistas, que se junta com os da mobilidade, então, eu acho que esse é o grande legado do comitê nesse processo é ter juntado essas tribos nessa coisa que fortalece, e a gente ta conectado, continua conectado. [ENTREVISTADO D].

Com relação a Engenheiro Roberto Freire, por exemplo, quando identificamos que o Parque das Dunas iria ser sacrificado, o que é que a gente fazia inicialmente? A gente primeiro fazia estudos, pegava informações sobre o que tinha aquilo ali. Uma das coisas importantes, o parque das Dunas é uma unidade de conservação de proteção integral, mas não é só isso, é uma reserva da biosfera da mata atlântica, para ser reserva na UNESCO, você teve que dizer que tem uma unidade da mata atlântica que é “assim e aquilo outro” e cuida dela assim. Ai eu pedi o cadastramento, isso há relações internacionais, todo país quer ter, quer mostrar que cuida do meio ambiente e essa era uma das selecionadas para ter nesse catalogo, e de repente ia ser

sacrificado um pedaço dela. Então a gente mostrava, não adianta vocês pensarem que esse problema vai ser resolvido só aqui, porque esse é um problema que na hora que for andar, ele vai ter CONAMA. Aí trouxemos representantes das comissões de CONAMA para cá, para ele ver o problema e discutir, do Comitê Nacional da Mata Atlântica, conseguimos trazer para cá para participar, então a gente teve grandes articulações assim para não ficar como uma lutazinha provinciana, a gente tinha capacidade de buscar, digamos, um suporte maior e buscamos. [ENTREVISTADO C].

Outro ator relevante nesse processo preparatório para a Copa do Mundo FIFA 2014, em Natal, foi a Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa – APAC, criada no Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 2012. Tal informação se torna importante na medida em que a compreensão da atuação política dos movimentos requer que seja conhecido o momento em que estes são articulados e organizados, bem como, saber acerca da dinâmica das lutas que realizam a partir de sua criação (GUIMARÃES, 2013). No caso da APAC, o surgimento dessa associação foi resultado de iniciativas de lideranças comunitárias que se encontravam, à época, envolvidas em diversos movimentos sociais. Essa associação atuava como organismo jurídico que representava legalmente os atingidos pelas obras da Copa em Natal, uma vez que o Comitê Popular não era institucionalizado para exercer tal representação. No que tange às formas de mobilização da APAC em Natal, Guimarães (2013) destacou a utilização de instrumentos de comunicação de massa, a exemplo dos carros de som, e principalmente da comunicação verbal, dotada de uma maior capacidade de mobilização. O principal objetivo da APAC era defender os direitos individuais, difusos e coletivos dos seus associados, visando sempre o combate ao abuso, às ilegalidades e às improbidades administrativas que pudessem ter relação com a Copa do Mundo FIFA 2014. De acordo com uma das representantes entrevistadas da APAC:

Surgiu nesse contexto da gente ter identificado que essa realmente era a principal demanda e como forma de organizar as pessoas que já estavam se juntando, na época a gente participou do comitê popular da copa, que foi um tipo de organização que teve, senão em todos, mas praticamente em todos os estados que tinha cidades sede da copa [...] mas o comitê era uma articulação, articulação de entidades, de pessoas, movimentos, e a gente achou importante formalizar a associação APAC até pra isso nos ajudar na questão jurídica, em algum momento a gente poderia precisar de uma pessoa jurídica pra determinadas ações e aí criamos e formalizamos, foram essas duas representações. [ENTREVISTADO F].

Nesse caso, igualmente, ao longo das lutas relacionadas às obras da Copa do Mundo FIFA 2014, outras temáticas foram introduzidas às discussões, tornando os movimentos cada vez mais plurais, a exemplo da proteção ambiental, conforme expôs a entrevistada:

No meio disso, começou a se falar também nas obras da Roberto Freire, que ia entrar no Parque das Dunas, aí também o grupo se voltou para essa obra, que tinha até o 'lagarto folhicho', que eu não lembro o nome científico dele, mas só tem aqui e aí foi pra defesa do Parque das Dunas, então todas as pautas que tiveram a ver com megaevento, esse grupo que, inicialmente, se juntou pra falar sobre as desapropriações, passou a participar de todas essas pautas. [...] Mas é isso, é uma das coisas mais bonitas do processo todo, é ver que não foi uma coisa individualista, né, aquelas pessoas podem ter despertado porque aquilo no momento estava atingindo pessoalmente, mas elas não ficaram militando só nas desapropriações, toda pauta ambiental, toda pauta do turismo, elas se envolveram e hoje continuam envolvidas na pauta da cidade, então foi feito de um jeito realmente formador, foi realmente de despertar sobre o direito a cidade, de despertar pra participação política, pra participação social mesmo, muitos dos atores continuam atuando, acho que foi o principal, e ter visto que teve realmente impacto. [ENTREVISTADO F].

Desse modo, tanto o Comitê Popular, quanto a APAC tiveram atuação direta nas reivindicações em torno do direito à moradia e à mobilidade urbana em um momento anterior às obras preparatórias para os jogos da Copa do Mundo em Natal. Nesse sentido, nos dois casos, as articulações se iniciaram em um período prévio à Primavera de Junho, tendo ganhado força e se articulado a outras reivindicações a partir de junho de 2013. De acordo com as entrevistas realizadas com representantes dos dois grupos, os conflitos entre o ente municipal e a população tiveram início a partir da constatação da afetação direta de centenas de famílias em razão das obras de mobilidade da Copa, as quais provocariam desapropriações consideradas necessárias conforme o projeto originalmente concebido pela gestão municipal de 2008/2012 em Natal. Naquele momento, a forma de planejamento das obras de mobilidade se deu a partir de um modelo *top down*, ou seja, de cima para baixo, excluindo a sociedade do processo de formulação dos projetos. Segundo uma das representantes da APAC, os projetos:

Chegaram pra gente prontos. A gente tentou interferir neles. A elaboração, o município dizia que tinha contratado uma empresa e a empresa fez. Os representantes da prefeitura davam entrevistas dizendo que iria haver as obras e que as obras iriam ser nas regiões, nos bairros tal e tal, e a gente não sabia, [...] porque só se sabia o que era dito nas entrevistas, mas ninguém tinha acesso ao projeto. [ENTREVISTADA F].

Diante do contexto de desinformação e insegurança causado pela ausência de transparência por parte da gestão municipal do período 2008/2012 e a partir das notícias que chegavam da mídia local, os moradores que se viam diretamente atingidos pelo projeto passaram a fortalecer um movimento em busca de garantir os seus direitos por meio de uma alteração no projeto original. Diante disso, diversas ações conjuntas foram realizadas pela APAC e pelo Comitê Popular para pressionar o poder municipal por alterações. Dentre elas, ressalta-se a importância do chamado “pacto pela efetivação dos direitos humanos na Copa 2014”. Durante o período eleitoral de 2012, esses atores agiram estrategicamente, ou seja, aproveitaram o momento político para solicitar aos candidatos a chefe do executivo municipal que assinassem um termo de compromisso, com base no qual seriam definidas garantias relacionadas à transparência e ao acesso à informação, à publicização do orçamento e ao equilíbrio dos benefícios relacionados ao megaevento. Além disso, o termo continha itens relacionados à atenção aos direitos trabalhistas; à defesa do Despejo ZERO na realização da Copa; ao Repúdio à “cidade de exceção”; à Participação/Consultas Públicas, assim como a outras violações de Direitos Humanos.

Diante do exposto, restou claro que as alterações propostas por parte da população só foram alcançadas dada a sua mobilização, uma vez que a mesma se sentia prejudicada com o andamento dos projetos. Conforme destacou a representante do Comitê Popular:

[...] nós levamos a questão pros candidatos, pegamos um termo de compromisso com os candidatos, tanto no primeiro turno quanto no segundo turno, um termo comprometendo eles a se fosse eleito não desapropriaria, iria rever o projeto, e o prefeito que foi eleito, é uma coisa que a gente tem que reconhecer, ele cumpriu, ele mudou o projeto, por mais que os engenheiros da prefeitura insistissem em fazer aquele projeto, ele não, ele disse que de forma nenhuma, encontrassem outro caminho porque ele tinha assumido um compromisso com os moradores e ia manter. Isso aí ele leva todo crédito. [ENTREVISTADA D].

Nesse sentido, em 2013, a gestão de Carlos Eduardo Alves iniciou-se com um termo de compromisso assinado durante a campanha eleitoral, induzindo a realização de alterações que equilibrassem o direito à moradia com a mobilidade urbana. O cumprimento de tal termo assegurou a Natal o título de única cidade sede da Copa do Mundo de 2014 que não passou por

um processo de desapropriação para viabilizar projetos de mobilidade. Assim, evidenciou-se que as ações responsáveis pelas mudanças ocorridas em Natal tiveram como protagonistas os grupos diretamente atingidos por obras e intervenções públicas, os quais, por suas pautas semelhantes, uniram forças para o alcance do resultado almejado: a garantia do direito à moradia.

Além desses dois grupos, o cenário esboçado a partir das Jornadas de Junho, especificamente em Natal, evidenciou a atuação de dois outros movimentos: o Levante Popular da Juventude e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). O Levante Popular da Juventude, em nível nacional, organiza a sua luta a partir do meio estudantil, das periferias dos centros urbanos e dos setores camponeses, buscando ampliar o número de grupos formados por jovens em diferentes territórios e setores da sociedade. A sua luta ocorre em contraponto ao sistema capitalista-patriarcal-racista, envolvendo temáticas relacionadas à dominação entre culturas, destruição do meio ambiente, opressão e exploração de mulheres, assassinato da juventude negra, bem como contra o preconceito à causa homoafetiva.

Segundo a descrição presente no portal eletrônico⁹ do próprio grupo, o Levante se destaca pela inexistência de uma única bandeira prioritária, comprometendo-se com a luta contrária a qualquer causa que oprima a juventude no Brasil. Em Natal, algumas pautas já foram alvos principais por parte do Levante, como a luta contra o aumento da passagem de ônibus na capital, em 2012, e a proibição de venda de alimentos por ambulantes na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2015. No que tange a este movimento, destacou Guimarães (2013, p. 102):

O Levante Popular da Juventude também se insere na luta pelo acesso a serviços e bens públicos e pela mobilidade urbana, sendo esta uma das bandeiras de luta pautadas em sua atuação na cidade de Natal. Isto ficou evidente em ocasião da greve dos rodoviários, em maio de 2012, na qual o Levante Popular da Juventude manifestou apoio à ampliação e fortalecimento da luta dos trabalhadores rodoviários de Natal para que esta fosse também uma luta pelo transporte público, enquanto direito social, e contra o aumento no valor da passagem de ônibus.

O último grupo a ser destacado trata-se do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o qual iniciou a sua articulação em abril de 2004 (GUIMARÃES, 2013). A luta desse movimento se relaciona com a discussão em torno da reforma urbana e do direito à moradia. De uma forma geral, questiona a propriedade privada que caracteriza o modo de produção capitalista. O principal meio de mobilização deste grupo são as ocupações, consideradas como um instrumento educativo que desperta atenção para a necessidade de organização, ao passo em que desenvolve, entre os seus membros, o espírito de coletividade. Nesse sentido, expôs Guimarães (2013, p. 121-122):

Nessa direção de construção da hegemonia, a retórica das lideranças do MLB no que concerne às estratégias adotadas pelo movimento no seio da luta política inspiram e sugerem ainda ação imediata e confronto direto. Na trajetória particular deste movimento, estratégias como ocupação/acampamento foram sendo construídas como ações intrínsecas à sua atuação política, a partir da realização de discussões periódicas nas comunidades sobre a situação daqueles que não possuem casas, seguido de levantamento das pessoas dispostas a integrar e realizar a ocupação, isto é, concordando em ocupar e acampar, literalmente, em alguma área da cidade como meio de pressionar e agilizar a conquista de casas.

⁹ <http://levante.org.br/>

Nesse sentido, igualmente ao caso do Levante Popular da Juventude, pode-se afirmar que, em nível local, a forma de mobilização do MLB segue a lógica da estratégia nacional. Durante a Jornada de Junho, especificamente, nenhuma ocupação foi registrada em Natal, entretanto, dois acampamentos posteriores ganharam destaque na mídia local: a ocupação de terreno da Rede Ferroviária em 2015 e de área em Zona de Proteção Ambiental por 280 famílias em 2016.

Vencida a etapa de caracterização dos movimentos sociais urbanos em Natal, parte-se, agora, para a construção do panorama desses movimentos, utilizando, para tanto, a referência de Castells (2013), a fim de estabelecer uma correspondência entre a sua concepção de movimentos sociais e as práticas observadas na experiência estudada.

Nesse sentido, o quadro a seguir apresenta a síntese dessa correspondência a partir dos dados coletados em campo. Para tanto, realizou-se a análise da característica dos movimentos sociais locais a partir dos traços apresentados por Castells (2013) e sistematizados no quadro 1. Entretanto, em virtude das especificidades encontradas, é preciso ressaltar que, nem sempre, a realidade natalense se acomodava completamente ao tipo esboçado por Castells (2013). Diante disso, tornou-se necessário criar classificações que permitissem a afirmação dos movimentos enquanto total (T) ou parcialmente (P) compatíveis com as características esboçadas pelo autor. Além disso foram encontradas realidades em que algumas características eram completamente ausentes em nível local, ao que se atribuiu a legenda (A).

Quadro 02: Características dos Movimentos Sociais Pesquisados em Natal

CARACTERÍSTICAS	APAC	COMITÊ POPULAR	MLB	LEVANTE POPULAR
Conectados em redes de múltiplas formas	T	T	T	T
Simultaneamente locais e globais	P	P	T	T
Tempo atemporal	P	P	T	T
Amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação	T	T	T	T
Virais	T	T	T	T
Sem liderança e horizontais	P	P	P	P
Autorreflexivos	P	P	T	T
Raramente Programáticos	A	A	T	T

Fonte: Elaboração própria (2016). Nota: P = Parcial; T = Total; A = Ausente.

Com base no quadro acima, constatou-se o estabelecimento de dois padrões de movimentos sociais urbanos em Natal. O primeiro padrão, formado pelo MLB e o Levante Popular apresenta uma maior quantidade de características que definem os movimentos sociais na contemporaneidade à luz da construção teórica de Castells. O segundo, por sua vez, contém menos características definidoras desses movimentos, fazendo parte desse padrão a APAC e o Comitê Popular. Ressalta-se que os quatro atores sociais pesquisados são considerados como movimentos sociais em redes, sobretudo por apresentarem um intenso uso das redes de comunicação nos seus processos (mobilização, reivindicação, contestação e discussões, por exemplo).

No tocante ao cotidiano da ação política dos movimentos e organizações populares de Natal, apreende-se que dentre as estratégias adotadas pelos movimentos estudados, é comum a adoção de abaixo-assinados, manifestos ou atos públicos e a utilização do diálogo e da comunicação verbal, além do uso de instrumentos de comunicação de massa. Quanto a isso, uma dificuldade que pode ser verificada a partir do depoimento dos entrevistados, tratou-se da restrita atenção da

imprensa local no apoio à divulgação dos trabalhos realizados pelos movimentos sociais, o que de certa forma, impulsionou a ampla utilização das redes sociais e da mídia digital. Entretanto, deve ser destacado que apenas dois movimentos (MLB e LPJ) utilizam, como forma de ação política, as estratégias de ocupação.

Outra característica verificada se relaciona a origem desses movimentos, a qual se deu de modo espontâneo nos quatro casos. Porém, no caso da APAC e do Comitê Popular, esse surgimento está vinculado a questões mais pontuais, ou seja, a experiência vivenciada em razão da Copa. Já o MLB e o LPJ possuem origem a partir de questões mais ampliadas.

Dessa forma, foram identificadas duas tendências vinculadas a projetos políticos distintos. O MLB e o Levante Popular da Juventude apresentam intenções de rompimento com o *status quo*, sinalizando para a perspectiva de construção de uma nova sociabilidade. Conforme observado, esses dois movimentos são plurais desde a sua concepção, de forma que, em seus debates, tocam temáticas diversas em prol da construção de uma cidade socialmente justa. Esses dois movimentos, portanto, demonstraram não possuir uma bandeira única prioritária. Em função dessa característica, esses dois movimentos são autorreflexivos, apresentando debates em torno da consolidação do próprio movimento e de um contexto mais democrático para a concretização do direito à cidade.

No que se refere à APAC e ao Comitê Popular, pode-se afirmar que esses demonstram estar ligados a uma ideologia de participação, pautada na lógica do associativismo, na qual a sociedade precisa se organizar para buscar meios necessários à resolução de problemas mais imediatos. Considera-se, assim, que esses dois últimos movimentos possuem uma ideologia e um projeto político crítico à atual lógica societária, mas não incorporam a perspectiva de superação desta ordem em sua proposta política (GUIMARÃES, 2013). Além disso, os seus debates giram em torno de questões pontuais, embora, se articulem, ao longo de sua trajetória, com discussões relacionadas a temáticas priorizadas por outros movimentos presentes no espaço urbano de Natal, a exemplo das questões ambientais. Esses movimentos ainda se caracterizam por sua baixa autorreflexividade, justamente, pelo seu viés momentâneo e a sua pauta restrita a interesses específicos.

No que tange à horizontalidade dos movimentos pesquisados, constatou-se que, em todos eles, apesar da existência de processos deliberativos, há, em contraponto, uma dependência em relação a uma liderança que conduz a organização interna e a comunicação externa.

Nesse sentido, encontrou-se, localmente, um cenário marcado por movimentos diversos no contexto de um mesmo espaço urbano. Apesar de se concentrarem na discussão da mobilidade e do direito à moradia, foram constatadas pautas de reivindicação mais amplas em alguns casos (MLB e LPJ), além de distintas formas de atuação na cena urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de traçar um panorama dos movimentos sociais urbanos, em Natal/RN, a partir do contexto da Primavera de Junho de 2013, possibilitou evidenciar características diversas desses movimentos, as quais conformaram padrões distintos de práticas engendradas pelos mesmos no que concerne ao direito à cidade.

A partir da identificação das diferenças na atuação dos movimentos em Natal, pode-se vislumbrar um cenário dividido em dois tipos de movimentos sociais. O primeiro tipo pode ser caracterizado

pelo enfoque em questões pontuais. Nesse caso, predominam práticas que denotam a busca pela resolução de questões específicas, a exemplo das obras de mobilidade da Copa de 2014. A referência dessas práticas eram questões mais relacionadas a famílias que poderiam ser afetadas por essas obras, e menos uma agenda comum visando à construção de uma ação coletiva mais perene, em prol de uma cidade mais justa e democrática.

Já o segundo tipo de movimento verificado na cidade do Natal, por sua vez, caracteriza-se por uma agenda mais ampliada, difusa e atemporal que extrapola o contexto local, assim como a realização de eventos específicos, a exemplo da Copa do Mundo. Integra esse segundo tipo os movimentos MLB e Levante Popular da Juventude.

Nesse sentido, constatou-se que, apesar do pressuposto que guiou o presente estudo, a realidade estudada demonstrou uma diversidade de configurações, que impossibilita a afirmação de que os movimentos sociais urbanos de Natal não estabelecem diálogo entre si, são momentâneos e não horizontais. Conforme indicado, a pesquisa evidenciou a ocorrência de convergências de ações entre os movimentos sociais em momentos oportunos. Por outro lado, explicitou-se que, no cenário local, existem movimentos que possuem uma atuação pontual e focalizada, enquanto outros realizam debates amplos e não possuem uma única bandeira prioritária. Por fim, confirmou-se um dos aspectos apontados: todos os movimentos pesquisados contam com lideranças definidas, que conduzem as atividades internamente, apesar de se constatar a presença de processos deliberativos.

A partir dos resultados obtidos, é preciso pontuar que, no contexto da Copa do Mundo, abriu-se uma janela de oportunidades para o fortalecimento desses quatro movimentos, a qual não foi completamente aproveitada, uma vez que todos eles se envolveram em ações nas áreas de mobilidade e moradia, mas deixaram de promover uma articulação perene em torno de suas pautas, o que somente foi verificado em um momento específico entre APAC e o Comitê Popular.

No seio dessa discussão, fica evidente que as manifestações de Junho de 2013, bem como o aprofundamento das reivindicações nas capitais sede dos jogos da Copa, contaram com a atuação de grupos diversos em suas características. Porém, de modo geral, eles encontram guarida na discussão em torno dos movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013), apresentando aspectos que possibilitam a afirmação de uma nova forma de fazer política.

Desse modo, apresentou-se a atuação de movimentos que, a partir da Primavera de Junho de 2013, iniciaram a construção de um legado, o qual consiste na “possibilidade de reaprender a conviver. Na verdadeira democracia” (CASTELLS, 2013, p. 177). Portanto, eles evidenciaram outro formato de atuação capaz de realizar transformações na esfera pública e, conseqüentemente, na gestão democrática da cidade.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, A. L. A cidade e seu estatuto: uma avaliação urbanística do Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. (Org). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003, 2ª edição, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. (tradução Carlos Alberto Medeiros)

- FERREIRA, João Sette Whitaker. O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana. In: **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Ministério das Cidades, Brasília/DF, 2009.
- GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GOHN, Maria da Glória, BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Movimentos sociais e organização popular em Natal-RN: enquanto morar for privilégio**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2013.
- GRAZIA, G. de. Reforma Urbana e estatuto da cidade. In: RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. (Org.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003, 2ª edição, 2012.
- KLINTOWITZ, Danielle Cavalcanti. O Movimento Nacional de Reforma Urbana e a Construção de uma Nacional Política de Desenvolvimento Urbano Pós-Redemocratização: da Cooptação à Estruturação de um funcionamento de Decoupling. In: **Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR**. Recife: ANPUR, 2013.
- VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. (Coleção Tinta Vermelha).
- PINTO (2012). Movimentos Sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: - GOHN, Maria da Glória, BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. (Coleção Tinta Vermelha).
- MOVIMENTO PASSE LIVRE - SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. (Coleção Tinta Vermelha).